



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação oral

É de salientar que o desenvolvimento económico verificado nestes últimos anos, graças ao impulso imprimido pelo sector predominante, tem proporcionado um rápido crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do que resultou um aumento das receitas do Governo da RAEM. Todavia, esta é uma situação que tem conduzido ao alargamento do fosso entre ricos e pobres e ao aumento constante da inflação, sendo os cidadãos das camadas sociais mais desfavorecidas as principais vítimas.

O Chefe do Executivo Ho Hau Wah, no seu relatório das LAG para o próximo ano, anunciou todo um conjunto de medidas de redução e isenção fiscais. Ora, são certamente oportunas, face à actual boa situação financeira da RAEM, tais medidas, sobretudo as que visam a restituição da riqueza aos cidadãos. Pena é que esse conjunto de medidas não possam abranger também os núcleos familiares mais pobres. Isto é, aqueles que não dispõem de uma habitação nem são sequer comerciantes. Felizmente, o Governo da RAEM vai introduzir os devidos ajustamentos ao índice mínimo de subsistência, o que constitui uma medida atenuante das dificuldades sentidas pelas famílias e pessoas das camadas sociais mais desfavorecidas que dependam de apoios económicos. Contudo, constata-se que o grupo dos empregados de baixo rendimento foi porventura o mais descurado de todos. Parece-se que os “anódinos” a que se referiu o Chefe do Executivo não conseguiram ver o efeito relativamente ao grupo dos mais



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

desfavorecidos que muito têm que trabalhar para ganhar o pão de cada dia e sem conseguirem resistir à pressão sócio-económica.

Questionado sobre esta questão, o Chefe do Executivo admitiu a falta de soluções adequadas para a questão e solicitou a realização de mais estudos e a apresentação de soluções viáveis por parte da União Geral da Associação dos Operários. Quanto à questão em causa, a sociedade tem dispensado uma grande atenção e, antes mesmo do Governo da RAEM ter apresentado as LAG, algumas associações cívicas tinham já anunciado toda uma série de estratégias e sugestões a serem consideradas pelo Governo da RAEM, entre as quais alargar, através de políticas, as oportunidades de realização profissional dos trabalhadores locais; reduzir o número de trabalhadores não-residentes indiferenciados; fixar o salário mínimo; criar, quanto antes, um mecanismo transparente e estável de redistribuição de recursos; aliviar, pontualmente, a situação de “*working poor*”; promover junto das camadas sociais mais vulneráveis a consciência para a importância da vida à custa do seu próprio trabalho, da poupança e da humildade (vide anexo). Porém, é notória a forma como o Governo da RAEM tem negligenciado todas estas sugestões.

Parece-me que a situação dos chamados “*working poor*” só pode ser resolvida mediante a concessão de maiores apoios provenientes dos recursos públicos. Contudo, considero mais importante, por enquanto, melhorar o ambiente de emprego e assegurar o nível salarial dos trabalhadores, no sentido de que estes possam beneficiar de um salário e tratamento mais justos.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo o seguinte:

1. O sector empresarial tem vindo a exigir o alargamento das restrições impostas pela Administração na importação de mão de obra como forma de ajudar as PME a resolver o problema de carência de recursos humanos, mas só que a maioria dos trabalhadores importados acaba por se integrar nas fileiras das grandes e megas empresas, criando-se assim um clima de concorrência cada vez mais desleal. Assim, de que medidas concretas dispõe a Administração para conter de forma gradual e integral o número de trabalhadores qualificados a importar pelas altamente lucráveis empresas de jogo, por forma a incentivar as mesmas a substituir os cargos que têm sido ocupados por esses mesmos trabalhadores por *croupiers* locais com larga experiência e competência, abrindo-se assim oportunidades para que mais postos de trabalho sejam preenchidos pelos trabalhadores locais de meia idade? De que outras medidas concretas dispõe a Administração para conter o número de trabalhadores indiferenciados a importar pelas empresas de jogo, por forma a obrigar as mesmas a recorrer ao recrutamento local, nele incluindo trabalhadores locais de meia idade?

2. No terceiro trimestre de 2007, a população activa do sector manufactureiro era composta por 23 mil e 300 pessoas, entre as quais 13 mil e 400 eram trabalhadores não residentes, número este que é muito superior ao dos trabalhadores locais. É esta aliás uma situação que explica as razões porque é que nesse sector os operários se encontram, periodicamente, em regime de semi-desemprego, sendo obviamente baixos os seus rendimentos. Em igual período, a população activa do sector de construção civil era



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

composta por 41 mil e 200 pessoas, entre as quais 25 mil e 800 pessoas eram trabalhadores não residentes, número este que é também superior ao dos trabalhadores locais. Uma vez que os trabalhadores deste sector não gozam dos mesmos direitos de que gozam os operários do sector manufactureiro - aos quais são assegurados, pelo menos, um mínimo de 16 dias de trabalho - ficam muitas vezes sem trabalho por um determinado tempo e, logo, sem quaisquer rendimentos. Tudo isto se deve à concorrência imposta pela grande afluência de trabalhadores não residentes nos últimos tempos na RAEM. Os sectores de segurança privada, de administração de condomínio e de limpeza são aqueles onde se regista um maior número de “*working poor*”. A minha pergunta é: não deveria a Administração estabelecer e implementar, em 2008, o salário mínimo, para com isto melhorar, através da redução do número de trabalhadores não residentes e de outras medidas, as condições salariais dos trabalhadores locais desses sectores de actividade e criar, subsequentemente, mais oportunidades de emprego?

3. A Administração vai actualizar, em 2008, o índice mínimo de subsistência (risco social), mas só que o seu montante, mesmo com um aumento de 20%, é ainda relativamente baixo. Vai a Administração adoptar medidas mais flexíveis para encorajar os que beneficiam desse apoio a procurarem um emprego e apoiar mais os “*working poor*”? Para os primeiros, poder-se-á pensar no não desconto do montante do apoio, isto se os rendimentos totais obtidos não ultrapassarem 50% do montante do apoio de que o agregado familiar beneficia. Esta seria, pois, a melhor forma não só de incentivar alguns trabalhadores a lutar por melhores condições de vida, mas também de apoiar os que se encontram em situação de desemprego por um longo período de tempo e de ajudar a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

restituir a confiança daqueles que, devido à sua incapacidade, não conseguem ter um emprego a tempo inteiro, garantindo-lhes assim um emprego a tempo parcial. Para os que já tenham emprego, poder-se-á pensar na atribuição de um apoio até 50% do montante correspondente ao índice mínimo de subsistência (risco social), desde que os rendimentos auferidos não atinjam 50% do montante desse índice, de forma a lhes assegurar uma vida condigna.

26 de Dezembro de 2007.

O Deputado,

Au Kam San

Em anexo : Proposta apresentada à Administração pela Associação Novo Democrático de Macau.